



POR AMOR À SIÃO E DESPREZO À RAMALLAH?

Out of love for Zion and contempt for Ramallah?

Magno Paganelli*

Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP)

DOI: 10.29327/256659.15.1-17

FERREIRA, Franklin. *Por amor de Sião: Israel, Igreja e a fidelidade de Deus*. São Paulo: Vida Nova, 2022. 448 p.

O crescimento do neopentecostalismo trouxe inovações para o campo evangélico e pentecostal clássico. O que é chamado de “sionismo evangélico” (Paganelli, 2018), “judeofilia” (Reinke, 2022) ou “filossemitismo” (Topel, 2011) é aspecto que tem movido a atenção da comunidade cristã e seus líderes. A presente resenha apresenta a obra supracitada, que vem na esteira desse movimento. Escrita por um autor que se posiciona na tradição da igreja cristã, onde estão aqueles que professam a teologia produzida no século XVI. O autor da obra é mestre em Teologia, professor da mesma disciplina e autor de uma Teologia Sistemática, que tem a co-autoria de Allan Myatt, publicada também pelas Edições Vida Nova.

O livro se divide em seis capítulos, quais sejam: 1° *A longa sombra do antissemitismo na Cristandade*, 2° *A tradição reformada*, 3° *A tradição luterana*, 4° *A tradição católica romana*, 5° *Temas teológicos*, e 6° *O dever de memória*, além da Introdução. Há, também, três apêndices: 1° *Declaração do Seminário Teológico Fuller (EUA)*, sobre a necessidade “de estar em oração para que a presença judaica no Oriente Médio seja um instrumento de Deus para reconciliação e paz”; 2° *Proposta da Igreja Presbiteriana na América sobre a*

* Pós-doutor (EACH-USP). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Ciências da Religião pela Mackenzie. Professor na FAESP e pesquisador do GT Oriente Médio e Mundo Muçulmano (LEA-USP, CNPq). E-mail: paganelli.magno@gmail.com

evangelização dos judeus e 3º um compilado de filmes, séries e documentários sobre a vida e a história dos judeus. Finaliza a obra, uma bibliografia considerável.

Na Introdução, o autor informa (p. 31) as perguntas que motivaram a escrita de sua obra: “O que os cristãos reformados – que amavam a língua hebraica, os judeus e a terra de Israel – acreditavam, entre os séculos 16 e 19, sobre a grande conversão dos judeus ao Messias, antes de sua segunda vinda? O que os cristãos reformados pensavam sobre o retorno dos judeus para a sua terra ancestral nesse mesmo período? Os cristãos reformados teriam visto este retorno como o cumprimento de profecias bíblicas?”

O objetivo declarado do livro é “deixar claro [...] que o sionismo cristão precede o sionismo judaico em pelo menos 200 anos” (pp. 45 e 52). Um anacronismo, já que o termo “sionismo” foi criado em 1885 pelo escritor judeu-austriaco Nathan Birnbaum, é tentativa de agradar à comunidade judaica, como cristãos adventistas fizeram no passado (Paganelli, 2018). Introduz a história de Israel, da revolta de Simão bar Kochba, passando para o pós-Segunda Grande Guerra, na sessão especial da Assembleia Geral da ONU (1947), para a “partição da Palestina britânica”. Apresenta a Declaração de Independência, de maio de 1948, e a *Nakba* (não menciona o termo, que significa *catástrofe* do povo palestino), e o deslocamento de 700 mil palestinos residentes no território como “fuga”.

Diz haver “fartas evidências de que Israel não roubou suas terras dos árabes palestinos” (p. 43), sem nem sequer apresentar uma fonte para a informação. Diz que “os judeus estão presentes na região há mais de três mil anos. Do século II ao XIX, “Palestina” nunca foi claramente distinguida de uma ‘Síria’ muito maior”, ignorando dados amplamente conhecidos de que na virada para o século XX, a população local era de uma minoria judaica de “174.606 pessoas entre um total de 1.033.314” árabes, sustenta Edward Said (2012, p. 13-14).

O autor declara ter feito opção de deixar a ampla gama de autores citados “falarem livremente”. Isso o fez citar textos longos integralmente, “sermões e obras teológicas, e documentos confessionais” (p. 32), o que contribuiu para encompridar o livro desnecessariamente, e fez do autor um compilador de argumentos de terceiros. Em alguns casos, não observou que os autores citados se contradiziam, como veremos. Muitas vezes não citou a fonte, abrindo e fechando aspas, sem dar a indicação da autoria da citação.

O capítulo 1 procura demonstrar o equívoco da Igreja em sua abordagem à questão de Israel no plano redentor. Começando com Marcião, que rejeitou a inclusão de textos de

caráter judaico em seu cânon, aponta a separação entre a igreja e a sinagoga como um fenômeno que se desenhou nas revoltas judaicas de 66-70 e de 132-136, quando tal separação pode ser identificada anteriormente, como visto no livro de Atos.

Para defender os judeus e acusar a Igreja de antissemitismo, distorce a história, afirmando que os cristãos acusaram os judeus coletivamente pela morte do Senhor, o “deicídio”. “Da acusação de deicídio surgiu uma teoria da substituição”, em que a Igreja substituiu Israel. Com maior ou menor virulência, o expediente antissemita é atribuído a diversos dos grandes nomes consagrados da Patrística (p. 65).

A citação que faz de Jaroslav Pelikan, de que “praticamente todo escritor cristão importante dos primeiros cinco séculos compôs um tratado contra o judaísmo” (p. 65) evidencia, não o antissemitismo acusado pelo autor, mas o modo como a Igreja se percebia distinta em relação ao judaísmo. Ao apontar a separação entre a igreja e a sinagoga, os autores da Patrística expressaram a autocompreensão da Igreja, o que nada tem que ver com antissemitismo.¹

Por exemplo, *Diálogo com Trifão*, datado de meados do século II, escrito por Justino filósofo e mártir, os interlocutores discutem ideias sobre Deus e a filosofia, contrapondo cristianismo e judaísmo, o que inegavelmente é o exercício dialético comum. Isto em nada se aparenta com qualquer traço de antissemitismo, que tem mais a ver com a ideia de extermínio de um grupo étnico específico. Do mesmo modo, *Petição em favor dos cristãos*, de Atenágora de Atenas, de final do século II, não tem caráter genocida simplesmente por criticar as ideias ateístas e crenças míticas dos gregos e egípcios; aliás, a obra é marcadamente racional e utiliza argumentos com estrutura filosófica não tendenciosa como Ferreira quer fazer o seu leitor crer.

Ademais, a afirmação de Pelikan é uma generalização grosseira. A expressão cristã de sua fé foi orientada pelo próprio Cristo e seus apóstolos, que não reformaram o judaísmo, mas criaram algo novo, o Caminho (cf. Atos 9.2). Entre os reformadores, Lutero figura como o antissemita por excelência (p. 74), especialmente em função de sua obra “Sobre os

¹ Não há uma definição única para antissemitismo, mas adotamos aqui a definição dos anos 1970 da Liga Antidifamação Judaica. Ela é concisa, mas aceita: “A crença ou comportamento hostil aos judeus só porque são judeus. Pode assumir a forma de ensinamentos religiosos que proclamam a inferioridade dos judeus, por exemplo, ou de esforços políticos para isolá-los, oprimi-los ou feri-los de outra forma. Também pode incluir opiniões preconceituosas ou estereotipadas sobre os judeus.” In Coleção IBI - Instituto Brasil Israel Guia Contra o Antissemitismo. São Paulo: IBI, 2023.

judeus e suas mentiras”. Mas, os demais reformadores não seguiram unânimes a posição do reformador de Wittenberg. Calvino entendeu que a Igreja abarcaria gentios e judeus convertidos à fé cristã e, encerrado o tempo dos gentios, os judeus “se converterão de sua apostasia à obediência da fé” (p. 78).

O autor adverte que o antissemitismo é uma “ameaça contínua” contra os judeus, e relaciona os episódios emblemáticos, como o caso Dreyfus, na França; o Holocausto, na Alemanha; o atentado contra o prédio da Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA), em que o Irã foi apontado como mandante e o grupo Hezbollah o executor.

No capítulo 2 cita inúmeros personagens que criam na restauração dos judeus, o que se deu, basicamente, pela leitura das Escrituras. Nada há de excepcional nisso, pois a leitura do Novo Testamento deixa claro em capítulos como Romanos 9—11, entre outros. Neste capítulo, o autor praticamente faz de Israel a chave hermenêutica das Escrituras e nos arriscamos a afirmar ser a sua interpretação etnocêntrica e menos cristocêntrica.

Os puritanos do século XVII (Inglaterra e Escócia), os anglicanos William Perkins, Thomas Draxe e Thomas Brightman, o ministro escocês Robert Leighton, entre batistas e congregacionais defenderam a restauração de Israel. Na Holanda, com sinagogas disfarçadas na época do Sínodo de Dordrecht (1618-1619), havia judeus de ascendência portuguesa. Perseguidos pela Inquisição, mudaram-se para o Recife, fundando a primeira sinagoga nas Américas. No Brasil, perseguidos pelo pe. Antônio Vieira (1608-1697), mudaram-se para a Nova Amsterdã, na moderna cidade de Nova Iorque, conforme aponta Clóvis Bulcão (2008, p. 199-202).

O autor segue afirmando o retorno dos judeus da diáspora como plano de Deus para o *eschaton*,² mesmo que autores de renome entendessem que a Igreja não substituiria Israel. Apesar das vozes dissonantes que, segundo a visão do autor, alimentaram o antissemitismo, a restauração de Israel seria completada, como afirmam as Escrituras.

Há citações de autores norte-americanos reformados, como o batista Roger Williams e o congregacional Jonathan Edwards. A essa altura, Ferreira introduziu instituições, como a Sociedade de Londres para a Promoção do Cristianismo entre os Judeus (LSJ), fundada em 1809, e a Sociedade Batista Missionária (BMS), fundada em 1792. Isso fez com a finalidade de mostrar que o apoio da Igreja a Israel se consolidava: “A LSJ foi ativa na fundação

² Termo grego que dá origem ao português escatologia, a doutrina das últimas coisas.

da Igreja de Cristo em Jerusalém, perto do portão de Jaffa, a mais antiga igreja protestante no Oriente Médio, concluída em 1849” (p. 118)

Franklin Ferreira conclui o capítulo com nomes expressivos da Igreja no século XX, da Europa e dos Estados Unidos, não por acaso os países que impuseram problemas ao Sul Global, pois os seus interesses econômicos ainda pautam a agenda de interesses políticos da igreja. O mesmo ocorre na tradição católica dos jesuítas, enviados por papas e reis nas mesmas caravelas que os “descobridores”. No entanto, não lemos uma análise crítica, de qualquer questão, como se economia, política, religião, cultura e sociedade fossem cano-nizadas ao apoiar a criação do Estado de Israel.

O capítulo 3 inicia com Philip Jacob Spener, Hanz “John” Nicolayson, Nicolaus Zin-zendorf, ou personagens do século XX, como Emanuel Hirsh, Walter Grundmann, que “as-sumiram uma postura antissemita”; mas também Dietrich Bonhoeffer, que manifestou seu apoio aos judeus, suscitando a ira do Regime de Hitler. Cita documentos, como a Confissão de Betel (p. 156) e a afirmação do “sínodo da Renânia da Igreja Evangélica na Alemanha, o primeiro documento oficial de uma igreja cristã a refletir teologicamente sobre o Holo-causto” (p. 161). O capítulo 4 segue a estrutura do capítulo anterior, por sua vez, mencio-nando nomes de católicos que defenderam o povo judeu, como os papas João Paulo II e Bento XVI, além de documentos oficiais da Igreja Católica. Portanto, são capítulos bons do ponto de vista da informação histórica, com boa bibliografia, como é característica geral da obra, e procurando um equilíbrio de forças.

O capítulo 5 trata de “Temas Teológicos” da Igreja que tocam ao povo judeu. Alguns temas são a eleição soberana graciosa, as alianças da graça (com Adão, com Noé, com Abraão, com Israel, com Davi e a nova aliança), a Lei do Shabat, a terra, Palestina ou Israel? e o Holocausto. O autor vê continuidade, não ruptura, com o advento da Igreja. Alguns pontos trataremos a seguir, em Análise, enquanto outros nem sequer há unanimidade entre cristãos e demandariam mais espaço para apontar inconsistências.

O último capítulo tem o título “O dever de memória”, o que induz o leitor a refletir sobre um suposto “dever” que cristãos têm de honrar, proteger e trabalhar pelo estabele-cimento definitivo dos israelenses na terra, e inicia retomando o tema teológico já aborda-do da necessidade, segundo ele urgente, de abandonar “com todas as forças toda noção supersessionista ou de substituição de Israel pela Igreja” (p. 359).

Por se tratar de obra e de autor do campo da teologia reformada, algumas afirmações soam estranhas, como “O futuro da igreja está na salvação de todo o Israel” (p. 44). Teólogos que se reconhecem ortodoxos (os reformados incluídos), evitam associar qualquer evento, esforço pessoal ou personagem à salvação pela graça, uma vez que a Cristologia reformada, expressa no lema *Solus Christus*,³ dá conta do passado (salvação consumada) e do futuro, no *eschaton*. Nenhum benefício é conferido à Igreja, quer pelo esforço missionário, quer pela salvação de Israel. Este se configurou em alguns momentos da obra como uma espécie de agente da salvação, um co-redentor, quando é pública a posição do autor em outras obras.

Afirmou-se: “Portanto, o sionismo cristão que proponho (*sic*) não está conectado ao dispensacionalismo, mas inserido firmemente na tradição reformada, em diálogo com a tradição luterana, católica romana e judaico-messiânica. Uma das convicções que perpassam essa obra é a crença de que a Escritura afirma que *Deus salva o mundo por meio de Israel* e do israelita perfeito, o Messias Jesus” (p. 52, ênfase acrescentada). Novamente, o leitor pode inferir disso algo que a Escritura jamais afirmou, “que Deus salva o mundo por meio de Israel” e o autor, para se distanciar do dispensacionalismo que ele rejeita, recorre a uma purificação de tradições que historicamente não foram aceitas. Exemplo disso temos na p. 57: “O judaísmo não pode ser simplesmente considerado como outra religião; os judeus são os nossos ‘irmãos mais velhos’ (João Paulo), os nossos ‘pais da fé’ (Bento XI)”. Se considerarmos o judaísmo a mesma religião, suspeitamos tratar-se de um sincretismo sofisticado, em que se utiliza elementos outrora abolidos pelo Senhor.

Observa-se entremeada ao texto a tentativa de apagamento da história palestina (também chamado genocídio cultural) em expressões como “território da Palestina anteriormente turca” (p. 47). Agrava esta situação (perguntamo-nos se se configura racismo) as perguntas feitas na nota 11 da p. 43, para as quais existem sólidas respostas.⁴

Ao atacar o supersessionismo, convoca cristãos a reexaminar essa doutrina, a fim de a Igreja resgatar a motivação para que “invista em missões aos judeus, em parcerias éticas

³ Os chamados *Cinco Solas*: *Sola Scriptura*; *Solus Christus*; *Sola Gratia*; *Sola Fide* e *Soli Deo Gloria*.

⁴ São elas: “Portanto, se alguém está seguro de que a ‘Palestina’ é um país que tem suas raízes registradas pela história, espero que possa responder algumas perguntas a este respeito: (1) quando foi fundado, e por quem? (2) quais eram suas fronteiras? (3) qual era sua capital? (4) como se chamavam suas principais cidades? (5) quais eram suas bases econômicas? (6) quais eram suas formas de governo? (7) quem eram seus líderes antes do egípcio Yasser Arafat? (8) que idioma falavam?”.

e sociais com a fé judaica” (p. 48); mas devemos perguntar se essa é a vocação da Igreja ou uma tendência inovadora. Duas páginas depois, sem explicar o que quer dizer por “Israel nacional”, insiste: “Essa obra se propõe a rejeitar o supersessionismo [...] reafirmando a eleição soberana e corporativa do Israel nacional” (p. 50).

A Escritura deixa claro que não é o ser judeu que garante a salvação (Mateus 3.9-10), portanto, nem a nacionalidade ou a hereditariedade contam no plano de Deus. Isso deveria estar claro para qualquer teólogo do quilate do autor da obra. Mas, além da perspectiva teológica que é tomada unilateralmente, o autor, escrevendo em um momento histórico em que as abordagens à questão do sionismo, à chamada “questão da Palestina” e de tantos outros caminhos de acesso ao tema são amplamente disponíveis, simplesmente ignora a necessidade de interagir as demais disciplinas ou, nem mesmo se ocupa de mencioná-las em sua obra. Por mais que se esforce para demonstrar ao seu leitor ter feito uma ampla e aprofundada pesquisa, o produto que entrega ao público não se desvincula do teor militante, propagandístico já conhecido. Fazendo assim, acrescenta ao denunciado mercado das práticas judaizantes, denunciadas desde o século I, mais um reforço com disfarce intelectual.

Por fim, a partir da p. 305, uma citação de Willem A. VanGemeren, vê-se o esforço para legitimar a ocupação da terra pelo Estado de Israel, mas a citação tem equívocos históricos e interpretativos: “Quando Jerusalém foi destruída, a população judaica permaneceu na Judeia e na Galileia em grande número. A maioria dos judeus deixou voluntariamente a terra durante os séculos subsequentes por causa de oportunidade de negócios em outros lugares”. Como foi voluntariamente se houve invasão romana? E se deixaram, não Jerusalém, mas a Judeia e a Galileia, a terra ficou desocupada e outros povos puderam habitá-la.

Mas ele segue: “[...] no entanto, uma comunidade florescente continuou na Palestina (*sic*) [...]. A escavação de antigas sinagogas testemunha uma próspera e erudita população judia na região”, quando tinha afirmado a evacuação. “Argumentos contra o futuro de Israel na terra, baseados em uma visão ingênua da história, não são incomuns porque a maioria dos cristãos não reconhece a história do judaísmo pós-70 d.C.” (p. 306). Errado, pois indicamos (Paganelli, 2022) as peregrinações de cristãos e judeus, usando fontes dos primeiros séculos que dão conta do êxodo judeu e o retorno, promovido pelo Imperador.

O *Itinerário de Mukaddasi*⁵ (946 A.D.) é o mais informativo relato produzido no período sobre a região, a população e os costumes, e fala da autorização do Império no séc. IV para judeus retornarem às peregrinações para a região.

Como antecipamos, a citação da p. 334 contradiz VanGemeren. A citação de VanGemeren (p. 306) diz que “a preocupação apostólica é pela conversão do povo judeu”, o que não é totalmente verdadeiro para nenhum dos evangelhos. “A restauração da terra nunca foi um problema porque os judeus estavam na terra e permaneceram nela em grande número por centenas de anos após a queda de Jerusalém (70 d.C.)”. Num ponto diz que os judeus, a maioria deles, deixou a terra “voluntariamente”; aqui, permaneceram nela em grande número, e no mesmo período.

O historiador tem nesta obra, no entanto, um rico apanhado de fontes e de perspectivas pelas quais poderá construir a sua narrativa a partir da própria cosmovisão. Em outras palavras, Franklin Ferreira reuniu um vasto apanhado de autores e bibliografia, a partir dos textos que leu, ora criticando, ora defendendo Israel e os judeus. Evidentemente, ele teceu sua obra a partir de uma perspectiva já conhecida e esperada em função de textos seus anteriores. Do ponto de vista historiográfico, isso nos parece tendencioso para um historiador; do ponto de vista teológico, é dúbio e até contraditório, se considerarmos a teologia da reconciliação, do apóstolo Paulo (expressa em textos como Romanos 11.15; 2Coríntios 5.17; Colossenses 1.19-22; Colossenses 3.11). Por outro lado, dá ao pesquisador pontos de partida para aprofundar o entendimento sobre ambos os lados da questão. Já o leitor mediano, não crítico, deve ficar com a sensação de que leu uma obra transparente, bem fundamentada e confiável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BULCÃO, Clóvis. *Padre Antônio Vieira, um esboço biográfico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

PAGANELLI, Magno. *A história recente do turismo religioso brasileiro e seu papel no conflito Israel-Palestina*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

⁵ MUKADDASI, Palestina under the Moslems: a description of Syria, including Syria and Holy Land (From A.D. 650 to 1500). London, 1890.

REINKE, André Daniel. *Paixão por Israel: aspectos da judeofilia no protestantismo brasileiro e seus reflexos no cotidiano religioso do Brasil*. Tese (Doutorado em Teologia). São Leopoldo: EST, 2022.

SAID, Edward. *A questão da Palestina*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

TOPEL, Marta Francisca. A inusitada incorporação do judaísmo em vertentes cristãs brasileiras: algumas reflexões. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, ano IV, n. 10, maio de 2011. pp. 35-50.

Recebida em 03/01/2024

Aprovada para publicação em 08/01/2024